

Movimentos de formação de professores (de Matemática) em dois municípios mato-grossenses

*Bruna Camila Both Miranda*¹

*Eliete Grasiela Both*²

RESUMO

Este artigo é resultado de duas pesquisas de pós-graduação, desenvolvidas por meio da metodologia da História Oral (HO), e trata dos movimentos oficiais de formação de professores (de Matemática), em recortes temporais compreendidos na segunda metade do século XX, ocorridos em dois municípios mato-grossenses: Cuiabá e Barra do Garças. Similaridades podem ser encontradas entre esses processos, os resultados analisados permitem perceber os signos da carência e da urgência ditando as políticas formativas implantadas em ambos os municípios, além de características comuns sobre a compreensão institucional de formação docente. As discussões possibilitam, ainda, identificar particularidades locais, com relação aos movimentos estudados.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral. Cuiabá. Barra do Garças.

(Mathematics) teachers trainings initiatives at two cities of Mato Grosso

ABSTRACT

This paper is a result of two post graduate researches, both developed using the Oral History methodology, and it discuss the official initiatives of (Mathematics) teacher training, in periods belonging to the second half of the 20th century, at two cities of Mato Grosso: Cuiabá and Barra do Garças. Is possible to find approximations between these process, the analysis of the results allow to perceive the lack and the urgency prescribing the teachers

¹ Doutora em Educação Matemática - Unesp. Professora do Instituto Federal de Mato Grosso. Piracicaba, São Paulo, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0591-3899>. E-mail: brunaboth@hotmail.com.

² Doutoranda em Educação Matemática - Unesp. Professora do Instituto Federal de Mato Grosso. Pontal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6945-3441>. E-mail: eliete.both@bag.ifmt.edu.br.

training initiatives at both of these cities, in addition to a common institutional understanding about the concept of teacher training. The discussions also allow identify local particularities about the themes studied.

KEYWORDS: Oral History. Cuiabá. Barra do Garças.

Movimientos de formación de profesores (de Matemáticas) en dos ciudades de Mato Grosso

RESUMEN

Este artículo es un resultado de dos investigaciones de post grado, desarrolladas bajo la metodología de Historia Oral, y habla de los movimientos oficiales de formación de profesores (de Matemáticas), en periodos comprendidos en la segunda mitad del siglo XX, en dos ciudades de Mato Grosso: Cuiabá y Barra do Garças. Es posible encontrar similitudes entre esos procesos, los resultados analizados permiten percibir la carencia y la urgencia como conductoras de las políticas formativas implantadas en ambas ciudades, además de características comunes sobre la comprensión institucional del concepto de formación docente. Las discusiones posibilitan, todavía, identificar peculiaridades locales, sobre los movimientos estudiados.

PALABRAS CLAVE: Historia Oral. Cuiabá. Barra do Garças.

* * *

Introdução

O artigo aqui apresentado é resultado de análises feitas a partir de duas pesquisas, uma de mestrado, BOTH (2014), e outra de doutorado em andamento³. Ambas estudam as formações de professores em Mato Grosso, uma especificamente em Cuiabá e outra na região de Barra do Garças⁴.

³ A referida pesquisa é desenvolvida em uma região oriunda do garimpo de diamantes, formada por municípios de Mato Grosso e Goiás, e está estudando uma história da formação de professores (de Matemática) na segunda metade do século XX. A previsão de defesa é para o primeiro semestre de 2021.

⁴ A referida pesquisa de doutorado enfoca seis municípios da região de Barra do Garças, neste artigo, no entanto, olharemos apenas para o município de Barra do Garças.

Neste texto, discutiremos os movimentos oficiais de formação docente ocorridos nestes dois municípios, suas aproximações e particularidades.

Para desenvolvermos nossas pesquisas e, conseqüentemente, o artigo aqui proposto, nos apoiamos na metodologia da História Oral (HO), por meio da qual nos foi possível compreender nossos temas de estudo, a partir de depoimentos de pessoas direta e/ou indiretamente envolvidas, bem como de registros escritos, pictográficos e audiovisuais que localizamos.

Ao optarmos pela HO, entendemos não se tratar apenas de “descrever uma série de procedimentos que conduzam a um e único objetivo” e sim “defender e efetivar uma série de procedimentos que, pautados em argumentações e justificativas consistentes, vão se tramando aos poucos e nos ajudam a ver mais longe e a encontrar múltiplas saídas, mesmo quando são poucas e frágeis as entradas.” (GARNICA, 2014, p. 39-40), ou seja, nos pautamos em uma metodologia em constante processo. Entretanto, embora a HO não se pautem apenas em procedimentos, alguns são comumente seguidos: realização de entrevistas, suas transcrições e textualizações. A última consiste em uma edição e reordenação temática e/ou cronológica das transcrições, retirando alguns vícios de linguagem e mantendo outros, para que o colaborador ainda se reconheça no texto. Assim, buscamos deixar o texto mais fluído, em um trabalho conjunto entre pesquisador e depoente. Depois de finalizadas, a transcrição e a textualização voltam ao entrevistado que, após conferi-las, assina uma carta de cessão autorizando seu uso.

De posse da carta de cessão, iniciamos a análise formal dos dados, processo que, embora julguemos já ter começado na escolha do tema da pesquisa, perpetuando todo seu desenvolvimento, tem neste momento um espaço próprio a sua realização. As narrativas são os disparadores desse movimento. É parte dessas análises que aqui apresentaremos.

Formação de professores em Cuiabá nas décadas de 1960 a 1980

Nesta seção, discutiremos os movimentos de formação de professores (de Matemática) em Cuiabá, ocorridos nas décadas de 1960 a 1980, a partir dos resultados da dissertação de mestrado de uma das autoras (BOTH, 2014). A formação de professores em Cuiabá teve seu início oficial em meados do século XIX, por meio da Escola Normal, principal formadora até a década de 1960, quando os cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) passaram a ocorrer em Cuiabá. Nessa década, também iniciou a formação em nível superior, por meio do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá (ICLC), e, no início da década seguinte, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), incorporando as duas instituições de ensino superior existentes: a Faculdade de Direito e o ICLC.

Em Cuiabá, até o final dos anos 1960 era quase uma tradição as moças, ao darem continuidade aos estudos após o Ginásio, optarem pelo Curso Normal, oferecido pela Escola Normal Pedro Celestino que funcionava no Palácio da Instrução. O Curso atendia, majoritariamente, a mulheres que ao finalizá-lo deveriam lecionar nos anos iniciais, mas que, devido à falta de professores habilitados, acabavam atuando em diferentes níveis.

Os primeiros movimentos para a instalação da Escola Normal na capital datam de 1838, quando Mato Grosso enviou um professor (Joaquim de Almeida Louzada) a Niterói para se capacitar e, em seu retorno, assumir a regência da Escola. Porém, como o estado carecia de profissionais qualificados em diversas áreas, ao retornar, Joaquim não assumiu a docência, como previsto, e sim a Secretaria do Governo da Província. Porém, mesmo sem professores formados, a Escola Normal foi criada em 1840 e entrou em exercício em 1842, sendo extinta em 1844, por falta de docentes e recursos para mantê-la em funcionamento (AMORIM; FERREIRA, 2014).

Desde então, essa Escola foi fechada e reaberta diversas vezes, se estabilizando a partir de 1910, com a chegada de dois professores formados

em Escolas Normais de São Paulo. Por meio deles, o modelo paulista de escola foi adequado à realidade cuiabana (SIMIÃO, 2006), sendo que no Curso o foco era nos conteúdos metodológicos em detrimento dos específicos.

Como não havia formação docente em nível superior na capital, por vezes, a Secretaria de Educação indicava pessoas para cursarem especializações em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), que ao retornarem, como retribuição, ofereciam cursos a professores e diretores no Centro Educacional para Formação de Professores, em Cuiabá.

Além da Escola Normal, em 1960⁵, começou a atuar em Cuiabá a Cades, um movimento de abrangência nacional, que por diversas frentes possibilitava a formação de professores, diretores e inspetores educacionais. Dentre as ações da Campanha estavam: jornadas, seminários, palestras, encontros, concursos, revistas, livros e cursos.

A Cades foi criada em 1953, pelo Decreto número 34.638 e a partir de 1955, pela Lei 2.430, os Exames de Suficiência (exames que docentes leigos faziam para obterem autorização para lecionar) foram condicionados aos cursos⁶ da Campanha, ou seja, o candidato deveria frequentar o curso e ao finalizá-lo podia prestar o Exame que habilitava os aprovados à docência, mediante uma autorização para lecionar onde não havia licenciados em Faculdades de Filosofia⁷ (BARALDI; GAERTNER, 2013).

Em Cuiabá, sua oferta ocorreu mediante uma cooperação com o governo do estado, por meio da Secretaria de Educação e Cultura – Seduc/MT (A CADES..., 1960). Em 1960, o curso teve duração de 25 dias, de 04 a 29 de janeiro, e funcionou no anfiteatro do Colégio Estadual de Mato Grosso, atual Escola Estadual Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Müller” (CAMPANHA..., 1960), atendendo a 9 áreas e mais de 100 alunos, dos quais

⁵ Data em que encontramos o primeiro registro de cursos ofertados em Cuiabá.

⁶ Os cursos objetivavam “suprir as deficiências dos professores, até então leigos, referentes aos aspectos pedagógicos e aos conteúdos específicos das disciplinas que iriam lecionar ou que já lecionavam nas escolas secundárias” (BARALDI; GAERTNER, 2013, p.21), pois até então sua formação baseava-se na prática cotidiana. Como o número dos que saíam para fazer uma graduação fora era pequeno e o ensino superior ainda estava pouco divulgado, esses cursos estavam entre os principais formadores de professores em Cuiabá.

⁷ A autorização recebida permitia aos docentes lecionarem no Ginásio, Científico, Clássico e Normal, e era obrigatória a todos que não dispunham de uma graduação.

95% eram de outras cidades. Dentre as áreas atendidas estava Matemática, que ficou sob a responsabilidade da Irmã Glória Imamura, referente a parte de conteúdos específicos, e de Bernardo Lopes de Souza, quanto à Didática Especial (CURSOS..., 1960; NÍVEL..., 1960). Conforme regulamentava a lei, após o curso foram aplicados os Exames de Suficiência, ocorridos em 02 e 03 de fevereiro de 1960, no primeiro dia aconteceram os exames de Didática Geral e Especial e no segundo os exames escritos e orais (EXAMES..., 1960).

Em 1970, na capital do estado, os cursos ficaram conhecidos como Curso de Orientação para Professores para os Exames de Suficiência (Copes)⁸, sendo ofertados em duas modalidades: para atuação no Ginásio e no Colegial. Nesse ano, ocorreu no Centro Educacional Nilo Póvoas, os conteúdos matemáticos foram lecionados por João Bosco London, já Metodologia e Didática do Ensino da Matemática por um professor de Goiás, chamado Gilberto⁹. Na disciplina de Metodologia e Didática, como meio de avaliação, os cursistas ministravam aulas aos colegas sobre determinados assuntos. Essa foi a última turma sobre a qual obtivemos informações.

Naquele momento, já havia alguns cursos superiores em Cuiabá. Em 1966, fora criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras¹⁰, que, em julho do mesmo ano, pela Lei 2.629, passou a constituir o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá (ICLC). O Instituto, além de incorporar essa Faculdade, agregou a de Ciências Econômicas, instituída no ano anterior.

O Instituto era vinculado à Seduc/MT, seus 4 primeiros cursos foram Licenciaturas Plenas em: História Natural, Geografia, Matemática e Letras. Esse foi o primeiro movimento de formação docente em nível superior em Cuiabá. Os cursos foram escolhidos em virtude dos professores disponíveis

⁸ Segundo Aquiles Leite do Nascimento, colaborador da dissertação base para esse artigo, diferente da Cades que tinha duração em torno de um mês, esse durou três meses (janeiro, fevereiro e março) – 03 de janeiro a 10 de abril – 100 dias, de manhã, a tarde e em alguns dias à noite, com duração de 360 horas, como se fosse uma especialização de todo o conhecimento do Ginásio e/ou do Colegial.

⁹ Não foi possível precisarmos o nome completo do professor.

¹⁰ Esta instituição já havia sido criada em 1962, porém somente iniciou seu funcionamento, ainda de modo incipiente, em 1966.

para neles atuarem, os quais, organizaram suas ementas, com auxílio de docentes das instituições onde cursaram suas graduações (RIBEIRO, 2011).

O ICLC surgiu como uma possibilidade de complementação de estudos no próprio estado, com ele se ampliaram os cursos existentes¹¹ e oportunizou-se atender às necessidades do estado, relativas à mão-de-obra, para sua organização formal. Os cursos eram oferecidos no período noturno, permitindo que os docentes, no diurno, complementassem sua renda em outras instituições e que os alunos pudessem trabalhar.

Segundo a professora Suíse M. L. Bordest, depoente de Both (2014), inicialmente, o Instituto não possuía sede própria, funcionou, a princípio, no porão do Colégio Estadual de Mato Grosso, com salas separadas por biombos. Em seguida, foi transferido ao Palácio da Instrução, na Escola Normal Pedro Celestino, seguindo depois à Escola Técnica Federal de Mato Grosso e, por fim, à Escola José Barnabé de Mesquita, que fora construída com o objetivo de atender também ao Instituto. De lá, o ICLC foi para o primeiro bloco construído no Campus da UFMT, em agosto de 1970¹².

Para ingresso nos cursos foram realizados vestibulares com duas etapas: prova escrita e, aos aprovados, prova oral (RIBEIRO, 2011). Em relação ao curso de Matemática do ICLC, abriram-se 25 vagas, ocupadas por 23 alunos, porém, ao longo do curso muitos desistiram e se formaram apenas três: Nilda B. Ramos, Luiz G. Coelho e Mauro Custódio¹³. O currículo da Licenciatura era composto por 15 disciplinas¹⁴, 11 de cunho específico e apenas 4 voltadas ao ensino de algum modo, totalizando 2700 horas, em 4 anos de curso (RIBEIRO, 2011). Os alunos da Matemática, colaram grau em dezembro de 1969¹⁵, ainda no ICLC, mas foram diplomados como acadêmicos da UFMT, instituição à qual o Instituto foi incorporado em 1970.

¹¹ Até então só existia o curso de Direito em funcionamento em Cuiabá.

¹² Nesse mesmo período se instalou na Universidade a Faculdade de Direito, que até então se situava no centro da capital.

¹³ O ICLC teve apenas uma turma de Matemática, até abriu-se vestibular nos outros anos em que esteve em funcionamento, mas não houve procura (SILVA, 1967).

¹⁴ Para mais informações sobre as disciplinas e carga horária do curso buscar por Both (2014).

¹⁵ No entanto, esse curso só foi reconhecido junto com a primeira turma da UFMT, em 1974.

Com o passar dos anos, o ICLC se estabilizou e, ao final de 1971, já oferecia 11 cursos: Pedagogia, Ciências Contábeis, Física, Economia, Matemática, Engenharia, Geografia, História Natural, Serviço Social, Letras e Química, transferidos à UFMT ainda nesse ano (DORILEO, 1977).

Em 10 de dezembro de 1970, foi criada a primeira universidade da capital, UFMT, pela Lei 5.647. Ao ser criada, incorporou as duas instituições de nível superior já existentes, juntamente com seus cursos: o ICLC e a Faculdade de Direito¹⁶. A Universidade iniciou seus trabalhos em prédio próprio, localizado numa região ainda pouco povoada na cidade, com um único bloco, situado perto da entrada da Avenida Fernando Côrrea da Costa.

Durante a fase inicial, vigoraram na UFMT três situações distintas em relação ao sistema acadêmico: “seriado anual (Faculdade de Direito), seriado semestral (I.C.L.C.) e a matrícula por disciplina e sistema de crédito, que se implantavam com os alunos admitidos a partir de 1972” (DORILEO, 1984, p. 29). Os professores, em sua maioria, eram os que já atuavam nas instituições que compuseram a Universidade, sendo que todos que estavam em regência em 21 de outubro de 1971, quando entrou em vigor o Estatuto da UFMT, foram considerados professores titulares fundadores.

Para lecionar na UFMT, nesse período, em que eram poucos os professores formados e que se interessavam em trabalhar em Mato Grosso, a condição mínima à contratação era somente a graduação. Atendendo a esse requisito, o docente era contratado como auxiliar de ensino, sem necessidade de realização de concurso, por tempo integral e com dedicação exclusiva.

Todos os cursos ofertados pelas instituições que compuseram a UFMT foram transpostos a ela, ou seja: Direito, Economia, Engenharia, Pedagogia, Letras, Geografia, História Natural, Matemática, Serviço Social, Física, Química e Ciências Contábeis (DORILEO, 1977).

Quanto à Matemática, seu primeiro chefe de Departamento foi um licenciado em Física, Claudio Mellado, visto ainda não existirem licenciados

¹⁶ Apesar de criada em dezembro de 1970, a Universidade Federal iniciou, de fato, seus trabalhos em 1972, assim sendo no ano de 1971, até 31 de dezembro, embora já em espaço físico destinado a Universidade Federal, ainda estavam em atividade o Instituto e a Faculdade de Direito.

em Matemática, ou matemáticos, atuando no curso. Tal Departamento instalou-se na UFMT em 1972, contando com 28 professores do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (WIELEWSKI; PALARO; WIELEWSKI, 2008).

Em 1973, foi ofertada pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade uma especialização em Matemática (cujos docentes eram de outros locais do país), com carga horária de 486 horas. Essa, além da capacitação dos professores, visava o reconhecimento do curso de Matemática, pois como a maioria dos professores atuantes, não era formada na área¹⁷, devia, por exigência, ter ao menos uma especialização.

O reconhecimento da Licenciatura em Matemática ocorreu em 1974, quando o quadro docente já era composto por especialistas. Cabe destacar que dois dos três formados pelo ICLC cursaram essa especialização: Nilda B. Ramos e Luiz G. Coelho. Porém, eles ainda não haviam recebido seus diplomas, mesmo já atuando como docentes na Universidade. Buscando atenuar a carência por professores, além dos formados pelo ICLC, também os graduados das primeiras turmas da UFMT foram contratados por esta, para nela atuarem. Destacamos a Licenciatura em Matemática, embora isso tenha ocorrido nos diversos cursos. Assim, a Universidade operava em uma retroalimentação, formando professores para suprir sua própria carência.

Em seu início, os cursos da UFMT, em geral, e o de Matemática, em específico, funcionavam em dois Ciclos, atendendo a Lei 5.540/68: um Básico¹⁸ e outro Específico (com as disciplinas próprias do curso). O Ciclo Básico era composto por disciplinas obrigatórias comuns (das quais participavam todos os alunos da Universidade); disciplinas obrigatórias de área (comuns aos cursos de mesma área); disciplinas obrigatórias de setor

¹⁷ Segundo os depoentes da dissertação que amparou essa seção, até início de 1974 os únicos dois licenciados em Matemática da Universidade eram os que haviam se graduado no ICLC: Luiz G. Coelho, que se tornou docente da instituição em 1972 e Nilda B. Ramos, que começou a trabalhar em 1973. Além deles, no Departamento, o professor Cláudio era licenciado em Física e os demais eram engenheiros, arquitetos ou economistas.

¹⁸ Também conhecido como Primeiro Ciclo, tinha por objetivo recuperar insuficiências na formação dos cursistas, que pudessem ser sanadas em um curto espaço de tempo. Além disso, visava uma orientação quanto à carreira a ser seguida, integrando-os à vida universitária. Era pré-requisito ao Ciclo Profissional, com duração mínima de dois e máxima de quatro períodos (UFMT, 1973).

(específicas de cada curso) e disciplinas optativas (UFMT, 1973).¹⁹ Para cursar o Ciclo Profissional, o aluno devia integralizar 48 créditos no 1º Ciclo. No caso da Licenciatura Plena em Matemática, o estudante precisava integralizar 156 créditos, 48 no 1º Ciclo, 44 em seu Campo Principal de Estudos, 24 no Campo Complementar, 16 em Disciplinas Optativas e 24 em Pedagógicas (UFMT, 1973). Para o cumprimento desses créditos a Universidade também disponibilizava um programa de estudos²⁰.

O curso, durante todos esses anos, passou por várias reformulações, algumas partidas do próprio Departamento e outras impostas por instâncias superiores. Começou como seriado (ICLC), passando ao regime de créditos (UFMT), se reestruturando como Licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática (1975), para, por fim, retornar à Licenciatura Plena (1985), essa reconhecida já na década de 1990 (SANTOS, 2014). Nesses períodos de transição entre as modalidades, Curtas e Plenas, ambas permaneciam em funcionamento, pois uma estava sendo extinta e a outra implantada.

As Licenciaturas Curtas foram criadas, na UFMT, pela Resolução nº 82 do Conselho Diretor, em 02 de dezembro de 1974. A Resolução extinguiu Licenciaturas Plenas em Matemática, Física, Química e História Natural, substituindo-as por uma Licenciatura Curta em Ciências de 1º Grau, com Habilitações Plenas nas três primeiras áreas e Biologia²¹. A Licenciatura Curta em Ciências tinha duração de 1800 horas²² que poderiam ser integralizadas entre 2 e 4 anos. Nesse curso, os 116 créditos exigidos pela UFMT eram distribuídos em: 89 referentes às disciplinas obrigatórias, 4 às optativas, 12 às pedagógicas, 4 à prática de ensino/estágio supervisionado, 4 em estudo de problemas brasileiros e 3 em Educação Física (UFMT, 1976).

Já a Licenciatura Plena, Ciências com habilitação em uma das quatro áreas, totalizava 2800 horas, que podiam ser cumpridas entre 3 e 7 anos,

¹⁹ Em Both (2014) são apresentadas as disciplinas e suas ementas oferecidas pelo Departamento de Matemática nos anos 1972/1973.

²⁰ Uma cópia dele está disponível em Both (2014).

²¹ Em Both (2014) é apresentada a estrutura curricular da Licenciatura em Ciências de Curta Duração e de duração Plena, com habilitação em Matemática.

²² Na Resolução indicavam-se 1800 horas, no entanto, ao ser implantada, ela passou a ser de 1980 horas, distribuídas em 116 créditos (UFMT, 1976).

ficando a média em 4 anos (UFMT, 1974). Para obter essa habilitação, além dos 116 créditos da parte de Ciências, o aluno devia completar mais 82, totalizando 1250 horas. Tais créditos se dividiam em: 60 voltados às disciplinas obrigatórias, 8 às optativas, 8 às pedagógicas e 6 à Prática de Ensino/Estágio Supervisionado (UFMT, 1976).

As licenciaturas Curtas vigoraram até 1985, quando, pela Resolução nº 64, do Conselho Diretor da UFMT, foram reconvertidas em Licenciaturas Plenas em Matemática, Química, Física e Biologia, tendo direito de terminar o curso de Ciências, quem o havia começado (UFMT, 1985). Com a reconversão autorizada em 1985, não houve vestibular em 1986, pois o curso estava sendo reestruturado, voltando a funcionar em 1987²³.

Por fim, sobre o curso de Matemática ofertado ao longo dos anos, analisando seus currículos e os discursos dos depoentes da dissertação base dessa seção, podemos perceber a forte presença de conteúdos específicos de Matemática em detrimento aos voltados ao ensino, levando o curso de licenciatura a ter aspectos bastante similares a um bacharelado.

Esses foram os movimentos oficiais de formação docente ofertados em Cuiabá, a partir da segunda metade do século XX, com enfoque nas décadas de 1960 a 1980, que nos foram possíveis discutir a partir das narrativas de nossos depoentes e dos diversos outros estudos que realizamos.

Formação de Professores (de Matemática) em Barra do Garças

Nesta subseção discutiremos, a partir de um recorte da pesquisa de doutorado em andamento de uma das autoras, os movimentos de formação docente no município de Barra do Garças, durante a segunda metade do século XX. Abordaremos as formações em nível de Magistério e, em seguida, os cursos de nível superior ali desenvolvidos.

²³ Em Both (2014) está disponível o currículo da Licenciatura Plena em Matemática que se instalou a partir de 1986 e em seu Anexo E a ementa correspondente.

O primeiro movimento de formação docente em Barra do Garças, segundo Both, Azevedo e Stefanoski (2016), foi o Curso Normal ofertado pela Escola Madre Marta Cerutti, instituição administrada por irmãs Salesianas, criada em 1961 e que funcionava, a princípio, sob subsídio do estado. Assis e Moreira (2018) afirmam que a Escola passou a oferecer o Normal em 1967. Entretanto, a Lei nº 2636, de 02 de agosto de 1966, elevava a Escola Normal Regional Madre Marta Cerutti, à categoria de Escola Normal de 2º Ciclo. Tal publicação leva a crer que, antes disso, a Escola já oferecesse o Curso Normal de 1º Ciclo, porém, não localizamos qualquer outra documentação ou informação nesse sentido, sequer na própria instituição. De todo modo, cabe destacar a possibilidade que, antes de 1967, houvesse um curso de formação docente no local, ainda que não possamos confirmá-la.

Conforme depoentes de Both, Azevedo e Stefanoski (2016), bem como as da pesquisa que respalda esta seção, tanto o Normal, quanto o Técnico em Magistério (oferecido a partir de 1972 em substituição ao Normal, pela mesma instituição), permitiam somente alunas mulheres. No primeiro apenas freiras lecionavam, já o segundo contava com docentes externos.

Em nossas pesquisas identificamos históricos escolares do Curso Normal iniciados em 1967, 1968 e 1971. Nesses percebemos grande variabilidade nas disciplinas oferecidas e relativas cargas horárias. Com relação ao Magistério, localizamos um diploma com início do curso em 1972. Nesse, há uma divisão entre disciplinas de Formação Geral e Especial que não havia no Normal. No diploma de nossa depoente Enói C. Costa (turma 1973 – 1975), percebemos diversas alterações curriculares com relação ao ano anterior. Em nossas pesquisas encontramos, ainda, documentos relativos ao Magistério (1976 – 1978) e tivemos acesso ao diploma do Curso feito por nossa colaboradora Maria R. Sousa (1979 – 1981). Do currículo do Normal para o do Magistério, há ampliação de disciplinas, com considerável aumento nas específicas. Por outro lado, algo comum é a inconstante oferta de disciplinas, com exclusão de algumas e posterior reinclusão, e a frequente alteração de carga horária. Isso leva à reflexão sobre o disparador dessas

mudanças. Seria uma constante problematização da formação docente, buscando oferecer a melhor possível, ou um critério ativado pela conjuntura, como adequação ao corpo docente disponível e suas respectivas aptidões? Algo que leva à segunda possibilidade é o fato de algumas disciplinas constarem no currículo do curso, mas não serem ofertadas a certas turmas.

As colaboradoras do estudo base desta seção falam sobre as disciplinas do Magistério e suas metodologias, priorizando prática sobre teoria. Elas, além de estudarem os conteúdos, ministravam aulas sobre eles às colegas. Segundo Enói, os tópicos matemáticos estudados eram de Ensino Primário, priorizando os modos de ensiná-los, sendo comum haver debates sobre os conteúdos, além da resolução de exercícios. Era um curso, portanto, pautado em práticas pedagógicas e com muitas horas de estágio em escolas de Educação Primária. Enói, Maria e Adny C. N. Rocha tecem elogios a ele, a primeira, inclusive, considera ser esse o curso que a preparou à docência.

Um projeto nacional de formação docente, em Magistério, também oferecido em Barra do Garças, foi o Logos II, cursado por nossos depoentes José R. Carvalho e Lindomar A. Souza. O Logos II foi criado em Mato Grosso em final de 1979, com implantação em 1980. Em 23 de maio de 1980, foi noticiado, no Diário Oficial de Mato Grosso, a implantação do Projeto em Barra do Garças, especificando que seu ensino ocorreria à distância e prevendo um período mínimo de 15 meses e médio de 30 meses à sua conclusão (MATO GROSSO, 1980b). Segundo Luz (2018), para a criação de um Núcleo Pedagógico (NP), o município assumia um convênio com a Seduc/MT e a Superintendência Regional de Educação e Cultura (SREC).

O currículo do Logos II oferecia um rol maior de disciplinas que a própria Habilitação em Magistério (HEM) regular da Madre Marta. Portanto, mesmo sendo um programa emergencial, previa uma formação abrangente, não se pautando apenas na ligeireza em habilitar professores leigos. As disciplinas eram divididas em módulos, de modo que cada aluno determinava a ordem e o tempo para cursá-las. Segundo Ceteb (1984), ao terminar um módulo, ou agrupamento, o cursista ia ao NP realizar exames

sobre os conteúdos estudados. Para aprovação, necessitava acertar 80% do teste. Se reprovasse, poderia prestar a prova mais duas vezes e, se ainda não obtivesse êxito, passar por uma recuperação, com aulas ministradas pelos Orientadores Supervisores Docentes – OSD e novas avaliações. Não havia limite ao número de vezes que se podia prestar a recuperação. Conforme o Projeto Piloto (PP) do Logos II, Brasil (1975), se podia aplicar tantas avaliações, quantas fossem as recuperações cursadas.

José participou do curso assim que foi criado em Barra do Garças (de dezembro de 1980 a julho de 1982) e comenta sobre tal questão, relatando que a Delegacia de Ensino disponibilizava as apostilas aos alunos, então

[...] nos preparávamos, estudávamos e no dia da avaliação íamos todos para Barra do Garças²⁴ fazer as provas. A Drec²⁵ já tinha uma equipe própria para trabalhar com o Logos II. Cada vez que nós íamos, trazíamos três módulos, estudávamos esses módulos e depois íamos fazer as provas, se alcançássemos a nota, trazíamos mais módulos para estudar, senão, voltávamos e estudávamos novamente os que já tínhamos, para refazer as provas no próximo mês. (Excerto da narrativa²⁶ de José).

Conforme o depoente, em Barra do Garças (diferentemente do previsto no PP do Logos II) a autonomia dos cursistas não era total, já que havia um número exato de módulos a cursar na etapa mensal. As demais ações, aparentemente, ocorriam segundo o estipulado pelo PP. Além do estudo dos módulos, José discorreu sobre as sessões de Microensino, microaulas ministradas pelos alunos, como parte do Estágio Supervisionado.

Lembro que no decorrer do curso, várias vezes, nós precisávamos fazer e levar um planinho de aula pronto e ministrar a aula que havíamos planejado aos professores em Barra do Garças, para eles verem se, realmente, estávamos nos desenvolvendo dentro da sala de aula. (Excerto da narrativa de José).

²⁴ José residia em Araguaiana – MT, hoje município, à época distrito de Barra do Garças – MT.

²⁵ Delegacia Regional de Educação e Cultura – Drec.

²⁶ Todos os excertos que apresentamos nesta seção pertencem a narrativas que serão disponibilizadas na tese da segunda autora deste artigo.

Pelas palavras do depoente, além da prática da aula em si, era cobrada a entrega de um plano referente a ela. Essa exigência não constava no PP, talvez fosse exclusiva da Seduc/MT, ou do NP/Barra do Garças (BG).

Luz (2018) relata que a estrutura e o funcionamento dos NP variavam, em cada região e, dependendo de seu tamanho, o NP poderia ter um ou mais OSD. Concluímos que o NP/BG tinha vários, pois a Portaria nº 5.825/84 da Seduc/MT, nomeava 3 OSD responsáveis apenas pelo nível de 1º Grau do Logos II nesse Núcleo, indicando que havia outros OSD em atuação no local, já que o NP ofertava também o 2º Grau e a HEM (MATO GROSSO, 1984c).

Por atender a diversos níveis educacionais, o Logos II, que inicialmente oferecia formação unificada, foi dividido nas três etapas citadas, passando a oferecer três diplomas, referentes à cada uma (CETEB, 1984). Tal medida objetivava reduzir a evasão do programa, pois “a relativa facilidade de se obter vários certificados [...] [poderia] ser considerado um atrativo adicional” (CETEB, 1984, p.57). Lindomar participou do Logos II anos mais tarde²⁷ e fez referência a isso em sua entrevista. Segundo ela, havia alunos que cursavam tanto as disciplinas de Formação Geral quanto as Específicas no Logos II e obtinham o 2º Grau Profissionalizante. Ela, porém, cursava o 2º Grau Propedêutico em outra escola e a área específica no Projeto. Assim, apenas ao finalizar os dois cursos, recebeu o diploma do Logos II, uma vez que a HEM só era fornecida a quem tivesse o 2º Grau.

Uma incongruência entre o relato da depoente e as orientações do Projeto é o fato de ela tê-lo cursado presencial e diariamente.

As aulas do Logos eram todas presenciais, não tinha coisa alguma para fazer em casa, foi um cursinho mega exigente, o mais puxado de todos que eu fiz. [...] Eu passava a manhã inteira lá, todos os dias, e, algumas vezes, tínhamos de ir aos sábados. (Excerto da narrativa de Lindomar).

²⁷ Lindomar não recorda exatamente o período em que o cursou ocorreu e em seu diploma não constam as datas de início e finalização do curso, mas sua expedição é de 1992.

Essa é a única menção que localizamos (entre as referências sobre o Logos II, oferecido em diversos locais do país) em que o curso ocorreu em modalidade presencial. Como a depoente o cursou ao final da década de 1980, início dos anos 1990, pós descentralização do Projeto pelo MEC, é possível que os NP tenham recebido autonomia da Seduc/MT para ofertá-lo em moldes adequados às suas realidades. As disciplinas do curso de Lindomar foram as mesmas cursadas por José. Porém, o diploma dela é o único com as relativas cargas horárias, pois apenas seu curso foi presencial. Outra diferença entre o diploma de José e o dela é a redução do tempo de estágio. O histórico do curso (1991 – 1992) que identificamos na pesquisa documental, é igual ao de Lindomar, mas novamente ofertado à distância.

Lindomar classifica o Logos II como o curso que mais a preparou à docência, colocando-o acima da Pedagogia e da Licenciatura em Letras, que fez mais tarde. A depoente atribui tal diferença de capacitação às aulas práticas oferecidas pelo programa. José também teceu elogios ao Projeto, classificando-o como aprofundado, exigente e totalmente focado na prática.

Não foi possível determinar, exatamente, até quando o Logos II operou em Barra do Garças. O último documento que localizamos, relativo ao programa, é um histórico datado de 01 de abril de 1992.

Sobre os cursos de formação docente, em nível superior, oferecidos em Barra do Garças, o pioneiro é uma Licenciatura Parcelada de Curta Duração em Pedagogia, com Habilitação em Administração Escolar do 1º Grau, oferecida pela extinta Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), na década de 1970, da qual participou nossa depoente Lenir N. Viana.

A UEMT, durante tal década, ofertou Licenciaturas Parceladas de Curta Duração, em vários municípios do Mato Grosso Uno²⁸. Tais cursos, segundo Gonzales (2017), tinham o objetivo de proporcionar habilitação em nível superior a professores leigos em exercício, no estado. Dados de Alves (1973) apontam que, em 1970, 54,7% dos docentes mato-grossenses eram leigos, devido a isso, foram criadas tais Licenciaturas, pela UEMT, em 1972.

²⁸ Território de Mato Grosso anterior ao desmembramento de Mato Grosso do Sul.

Alves, em depoimento a Gonzales (2017, p. 81), comenta que a Universidade Estadual, à época, além de Campo Grande, contava com vários câmpus no interior. Desses, “Corumbá seria responsável pelo oferecimento de Licenciaturas Parceladas em Rondonópolis. Aquidauana oferecia em Coxim, Dourados oferecia em Ponta Porã, e Três Lagoas em Paranaíba.”. Alves informa a Gonzales (2017), que, a princípio, se formaria uma turma em cada polo. Porém, após a primeira experiência com resultados positivos, houve novas propostas em outros municípios, entre estes, Barra do Garças.

Uetanabaro, em Gonzales (2017), comenta que cada polo atendia a diversas localidades em seu entorno. Lenir o corrobora, ao citar alunos de várias cidades da região na Parcelada em Barra do Garças, ela própria saía de Torixoréu para cursá-la.

Alves (1973) relata que havia uma pré-seleção dos candidatos ao curso, pela Seduc/MT, sendo pré-requisitos o 2º Grau e estar em exercício da docência. Alves explica a Gonzales (2017) que, após a seleção, a admissão não era automática, a UEMT oferecia um vestibular e os melhores classificados participavam do curso, sendo o número de vagas próximo a 40.

Os docentes das Licenciaturas Parceladas, segundo Alves, em Gonzales (2017), eram todos da UEMT. Uetanabaro, em entrevista à mesma autora, afirma que cada disciplina semestral do curso regular, era ofertada em uma semana nas Parceladas. Segundo Alves, as Parceladas tinham a mesma carga horária dos cursos regulares dos câmpus sedes (GONZALES, 2017).

Lenir não possui mais o histórico do curso, mas em Alves (1973) é disponibilizado o currículo da Licenciatura Curta em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar do 1º Grau, modalidade Parcelada, oferecida pelo câmpus Corumbá. Talvez, ao ser ofertada em Barra do Garças, já houvesse alterações na grade, mas é provável que fosse similar, pois a apresentada pelo autor foi a base de criação do curso. Em tal currículo o foco está nas disciplinas voltadas à Educação, mais de 50% da carga horária se dedicava a elas. Porém, há pouco espaço à prática, pois o único estágio previsto é em Administração Escolar e com apenas 60h.

Uetanabaro, em Gonzales (2017), comenta que a rapidez do curso era excessiva e que os discentes tinham dificuldades em compreender o que era ensinado. Diz que os docentes buscavam melhorar a situação, deixando materiais para os alunos revisarem as disciplinas, no período não presencial. Discute, ainda, sobre como o curso foi extenuante aos alunos, uma vez que estes lecionavam e nas férias estudavam, resultando em anos sem descanso. Lenir o corrobora, contando que, durante o curso, passava as férias em Barra do Garças, com aulas diárias em período integral. Ao findar o período presencial, retornava à sua cidade e atividades docentes e precisava, ainda, desenvolver trabalhos relativos ao período não presencial da Licenciatura, talvez as revisões, citadas por Uetanabaro.

Em Gonzales (2017), Alves comenta que, mesmo sendo um programa de formação emergencial, as Parceladas não suprimiram a demanda do estado, pois o número de docentes leigos, à época, era muito elevado. Em Barra do Garças, a situação é análoga. Mesmo a UEMT licenciando uma turma na região, muitos ainda atuavam apenas com a HEM (ou nem isso) no ensino de 1º e 2º Graus, a exemplo de depoentes da pesquisa base desta seção.

As depoentes Marta M. Gama e Lindomar cursaram seus cursos de nível superior no polo de Barra do Garças da UFMT. A criação do Centro Pedagógico de Barra do Garças – CPBG da UFMT se deu pela Resolução nº 13 do Conselho Diretor (Codir/UFMT), em 27 de janeiro de 1981. Conforme o primeiro coordenador do CPBG, em Both et. al. (2017), este iniciou as atividades em Barra do Garças com os setores administrativos funcionando em um espaço na Câmara de Vereadores e duas salas de aula na Escola Estadual Gaspar Dutra (emprestadas no período noturno).

O câmpus da UFMT deveria ser construído em Barra do Garças, cidade polo regional, mas por desentendimento entre as autoridades municipais e acadêmicas, foi edificado em Torixoréu, próximo ao distrito de Pontal do Araguaia (BOTH et. al., 2017). Assim, a partir de 1989, o CPBG não operou mais em Barra do Garças e, pela Resolução nº 40/89,

do Codir/UFMT, foi transformado no Centro de Ensino Superior do Médio Araguaia (Cesma).

A Resolução nº 13 previa em seu artigo 4º, três Licenciaturas: Plenas em Letras e Educação Física, e Curta em Ciências. O artigo 5º ditava a implantação imediata das duas primeiras e posterior da outra. Porém, depoentes de Both et. al. (2017) afirmam que apenas Letras e Ciências vigoraram no período, pois Educação Física não tinha demanda.

As aulas dos referidos cursos iniciaram no segundo semestre de 1981. Marta participou da primeira turma de Ciências e afirma ter enfrentado dificuldades no curso, devido ao ensino conteudista e sem preocupação com aplicações ou contextualização. A colaboradora julga que a formação não a habilitou à docência, justamente pela característica extremamente conteudista, chegando, em sua opinião, quase ao nível de um Bacharelado. Marta relata vários embates com seus professores, por pedir uma formação mais voltada ao ensino e à realidade da docência, porém, nada foi alterado.

No histórico de Marta, percebemos grande privilégio às disciplinas específicas, se é que, parafraseando Silva (2015), há algo mais específico em uma Licenciatura que a formação voltada à pedagogia. Das 1980 horas do curso, menos de 25% se relacionam à educação e há apenas 75 horas de Estágio Supervisionado, que seria o real contato com a profissão docente.

Além da Licenciatura em Ciências, o CPBG ofereceu, desde sua criação, a Licenciatura Plena em Letras, Lindomar fez esse curso na década de 1990. Essa depoente também comenta sobre a característica conteudista do curso que fez, com poucas horas dedicadas à preparação docente. Lindomar diz que praticamente não teve disciplinas práticas, se resumindo a algumas observações de aulas em escolas, durante o curso, e 15 dias de Estágio no último ano. Afirma que a Licenciatura não a preparou à docência (devido à priorização de teoria sobre prática), especialmente quando a compara ao Logos II, curso no qual considera ter aprendido a ser professora.

No histórico de Lindomar, como no do curso de Ciências de Marta, percebemos uma prioridade às disciplinas de 'formação específica', sobre as

pedagógicas. Entre as 2754 horas do curso, menos de 25% era de cunho educacional. Portanto, a característica conteudista não era exclusividade das Ciências Exatas, mas, possivelmente, uma compreensão do significado de formação docente por parte da UFMT Barra do Garças/Pontal do Araguaia.

A Licenciatura Curta em Ciências, criada em 1981, funcionou no CPBG/Cesma ainda por mais tempo que na UFMT cuiabana, tendo vigorado, ali, até 1987, e na capital até 1985. Em 1987, foram suspensos, pela Resolução nº 01, do Consepe/UFMT, os vestibulares para tal Licenciatura, com gradativa extinção do curso, garantindo o direito dos cursistas o concluírem (UFMT, 1987a). Além da possibilidade de conclusão do curso de Ciências, a Resolução 09/87, do Codir/UFMT, oferecia aos discentes a opção de migrarem a um dos cursos implantados pela mesma Resolução: duas Licenciaturas Plenas, desdobradas a partir da Curta, em Matemática e Biologia, com 20 vagas cada (UFMT, 1987b).

A matriz da Licenciatura em Matemática implantada inicialmente, segundo depoentes de Both et. al. (2017), foi adaptada das de Cuiabá e Rondonópolis, onde já havia o curso pela UFMT. Pelos currículos dos anos iniciais, a Licenciatura do Cesma era quase um Bacharelado, cuja maior parte do curso se voltava à Matemática e poucas disciplinas pedagógicas. Depoentes de Both et.al. (2017) afirmam que isso gerava problemas na carreira dos licenciados, pois estes somente estavam preparados para os conteúdos que ministrariam, mas não às questões inerentes ao ensino. Assim, o currículo precisou ser reformulado para atender tais necessidades formativas. Como os docentes não abriam mão do tempo dedicado à Matemática, excluíram disciplinas de formação geral, como Educação Física, para inserir as didático-pedagógicas (BOTH et.al., 2017).

Em Barra do Garças, segundo nossos depoentes, o Centro Universitário do Vale do Araguaia (Univar) também colaborou na formação docente durante nosso recorte temporal. Maria, Terezinha P. da Silva e Marta cursaram ali suas Licenciaturas em Pedagogia.

A instituição (então Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativa de Barra do Garças) foi criada em 1990, devido ao contexto regional de desenvolvimento e consequente expansão educacional. Esta iniciou apenas com Ciências Contábeis, mas logo foi autorizado o curso de Administração (UNIVAR, 2018). A seguir, implantou duas Licenciaturas: História e Pedagogia, sob o nome Faculdades Integradas de Barra do Garças (FIBG). Em 1993, se tornou Faculdades Unidas do Vale do Araguaia – Univar e, em 2020, Centro Universitário do Vale do Araguaia, mantendo a sigla Univar.

Maria estudou na segunda turma de Pedagogia da instituição, colando grau em 1995. Avalia ter sido um curso difícil e de qualidade, com aulas presenciais, no período noturno. Comenta que a formação era basicamente teórica, mas, em sua opinião, a prática se aprende realmente em serviço, porque na graduação o conceito de educação apresentado é utópico. Apesar de ter estagiado, considera terem sido poucas horas para uma formação efetiva. Diz que 80 alunos iniciaram o curso e apenas 30 o concluíram, seja por dificuldades formativas ou financeiras, devido ser uma entidade privada.

Terezinha diz ter feito seu curso de Pedagogia, na Univar, em modalidade Parcelada, nos período de férias escolares. Segundo relata, ela e outros professores de Torixoréu se deslocavam a Barra do Garças, na carroceria de um caminhão basculante da prefeitura, para fazerem o curso.

Marta, ao cursar Pedagogia, já era graduada em Ciências, mas, por estar em desvio de função, na administração escolar, sentia falta de uma formação que a orientasse nas atividades que desempenhava. Além disso, diz que percebia um déficit pedagógico, deixado pelo curso de Ciências. A professora relata que a Pedagogia mudou seu modo de compreender a docência e a educação. Apesar de considerá-lo um curso de qualidade, Marta critica a falta de ensino de Matemática. Diz que acreditava que esse curso supriria seu déficit de aprendizagem matemática, porém, isso não ocorreu. Na grade curricular da Pedagogia que cursou (1995 – 1997), não há menção

a componentes de Matemática. Talvez por Marta tê-lo feito como segunda Licenciatura, as disciplinas que havia cursado em Ciências tenham sido aproveitadas na Pedagogia. Porém, isso não é especificado no Histórico.

Esses foram os movimentos oficiais de formação docente ocorridos em Barra do Garças, tanto em nível de Magistério quanto superior, durante a segunda metade do século XX, dos quais tomamos conhecimento, a partir do contato com nossos depoentes, de pesquisas bibliográficas e da consulta aos documentos disponíveis nas escolas do município.

Conclusão

A partir do apresentado no texto, tanto em Cuiabá quanto em Barra do Garças, reforçamos o que já é percebido em outros trabalhos de História da Educação Matemática Brasileira: a formação de professores nesses dois locais é fortemente marcada pela carência e urgência. Quando a carência se mostrava a urgência a atendia, por exemplo, com as formadas na Escola Normal ou técnicos em Magistério regendo classes em diferentes níveis, ou a criação de programas para formação aligeirada, como a Cades e o Logos II, sendo mais uma formalização da prática, antes do acesso à formação superior da maioria dos professores nacionais e mato-grossenses.

A formação superior em Cuiabá chegou quando a carência e a urgência já eram insustentáveis. Implantou-se, então, o ICLC que passou a licenciar professores, o que foi ampliado a partir da criação da UFMT, que incorporou as instituições de nível superior existentes na capital. Em Barra do Garças, esse nível de ensino, de maneira regular, foi implantado pelo processo de interiorização da UFMT, 15 anos mais tarde que na capital, ou seja, também em um momento em que isso já era imprescindível.

Outra aproximação, entre Cuiabá e Barra do Garças, além da carência e urgência na formação de professores, é a presença da Escola Normal cumprindo o papel de formadora docente até a década de 1970. Além disso, podemos citar a característica dos cursos de Licenciatura ofertados

pela UFMT, em ambos os locais, prezarem mais pelos conteúdos específicos que por uma formação focada no ensino, de modo geral. Revelando uma compreensão do papel institucional na formação docente à época. Entretanto, se há aproximações, também percebemos singularidades, como, por exemplo, os cursos da Cades, cuja relevância na formação de professores em Cuiabá é destacável e que não chegou a operar em Barra do Garças.

Referências

A CADES funcionando em Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 3, 6 jan. 1960. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

ALVES, G. L. *As Licenciaturas Parceladas de curta duração dentro de uma política de formação de recursos humanos*. Coleção Cadernos. Corumbá, MT. n.1. p. 01-63, 1973.

AMORIM, R. P de; FERREIRA, M. S. O Estado e o ensino normal em Mato Grosso nos anos 1960. In: Congresso Luso Brasileiro da História da Educação. Colubhe, 10, 2014, Paraná. *Anais...* Curitiba – PR, 2014, p.1-15.

ASSIS, R. A.; MOREIRA, E. C., A Influência Salesiana no Sistema Educacional da Cidade de Barra do Garças, MT [1956–1985]. *Revista Eletrônica Documento Monumento*. v. 24. n. 1. p. 243-255. Cuiabá. 2018.

BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. *Textos e contextos: um esboço da CADES na história da educação (matemática)*. Blumenau, SC: Edifurb, 2013.

BOTH, B. C. *Sobre a formação de professores de matemática em Cuiabá – MT (1960-1980)*. 2014. 402f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Rio Claro, 2014.

BOTH, E. G., AZEVEDO, B. C., STEFANOSKI, L. L.R., Alguns resultados iniciais sobre a Escola Normal Barra-Garcense. In. I Seminário de Comunicações Orais do IFMT, campus Barra do Garças. 1, 2006, Mato Grosso. *Anais...* Barra do Garças – MT, 2016.

BOTH, E. G., et al. A Formação do Professor de Matemática: um retrato da região do Médio Araguaia mato-grossense. In. VIII Congresso Ibero-Americano de Educação Matemática – CIBEM. 8, 2017, Madri. *Anais...* Madri, 2017, p.66 – 73. Disponível em: <http://www.cibem.org/images/site/LibroActasCIBEM/ComunicacionesLibroActas_CB201-300.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e cultura; Departamento de Ensino Supletivo. *Projeto Logos II*, Brasília, 1975.

CAMPANHA de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 1, 1º jan. 1960. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

CETEB. *Logos II: Registro de uma experiência*. Ceteb. Brasília, 1984.

CURSOS da Cades. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 8 jan. 1960. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

DORILEO, B. P. *Universidade o fazejamento*. Cuiabá: UFMT, 1977.

DORILEO, B. P. *Pensar para fazer*. Cuiabá: UFMT - Imprensa Universitária, 1984.

EXAMES da Cades. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p.2, 3 fev. 1960. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

GARNICA, A. V. M. Cartografias contemporâneas: mapear a formação de professores de matemática. In: GARNICA, A. V. M. (Org.). *Cartografias Contemporâneas: Mapeando a Formação de Professores de Matemática no Brasil*. Curitiba: Appris, p. 39-66, 2014.

GONZALES, K. G. *Formar professores que ensinam Matemática: uma história do movimento das Licenciaturas Parceladas no Mato Grosso do Sul*. 2017. 534f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Bauru, 2017.

LUZ, R. *Treinamento em Serviço: formação de professoras e professores não titulados no projeto Logos II em Alta Floresta, Mato Grosso (1980-1993)*. 2018. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá, 2018.

MATO GROSSO, Diário Oficial de Mato Grosso. *Implantado Projeto Logos II em Barra do Garças*. Publicado em 23 de maio de 1980. Cuiabá. 1980b.

MATO GROSSO, Diário Oficial de Mato Grosso. Secretaria de Educação e Cultura. *Portaria n° 5825*, de 26 de outubro de 1984. Publicada no Diário Oficial de Mato Grosso, em 29 de novembro de 1984. Cuiabá. 1984c.

NÍVEL de instrução em Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p.1-2, 16 fev. 1960. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

RIBEIRO, I. F. *Primeiro esboço da história do curso de matemática do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá (ICLC)*. 2011. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Licenciatura em Matemática) – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá, 2011.

SANTOS, V. M. P dos. As Transformações na estrutura do curso de licenciatura em matemática do campus de Cuiabá da UFMT: da fundação da universidade até os primeiros anos do século XXI. In: Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática. Enaphem, 2, 2014, São Paulo. *Anais...* Bauru – SP, 2014, p. 1-10.

SILVA, A. P. da. Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá: edital de concurso de habilitação. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p.3, 31 dez. 1967. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

SILVA, C. R. M. *Uma, nove ou dez narrativas sobre as Licenciaturas em Ciências e Matemática em Mato Grosso do Sul*. 2015. 369f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Rio Claro, 2015.

SIMIÃO, R. A. V. O Processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960). In: SÁ, N. P.; SIQUEIRA, E. M. (Org.). *Coletânea Educação e Memória*. Cuiabá: EdUFMT, 2006, v.4.

UNIVAR – FACULDADES UNIDAS DO VALE DO ARAGUAIA, *Projeto Pedagógico do curso de graduação em Pedagogia*. Barra do Garças, 2018.

UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Catálogo geral* 73. Cuiabá, 1973. n.1.

UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Resolução do Conselho Diretor n° 82, de 02 de dezembro de 1974*. Cuiabá – MT. Disponível em:

<<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/OpenResolucao.aspx?resolucaoUID=579&ano=1974&tipoUID=1>>. Acesso em: 23 mar. 14.

UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Portaria n° GR 1099/76, de 30 de dezembro de 1976*. Cuiabá – MT. Disponibilizada pelo Departamento de Matemática.

UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Resolução do Conselho Diretor n° 64, de 24 de outubro de 1985*. Cuiabá – MT. Disponível em:

<<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/OpenResolucao.aspx?resolucaoUID=1079&ano=1985&tipoUID=1>>. Acesso em: 23 mar. 14.

UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão n° 01, de 23 de fevereiro de 1987.* Cuiabá – MT, 1987a. Disponível em:

<<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/OpenResolucao.aspx?resolucaoUID=3562&ano=1987&tipoUID=2>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Resolução do Conselho Diretor n° 09, de 13 de fevereiro de 1987.* Cuiabá – MT, 1987b. Disponível em:

<<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/OpenResolucao.aspx?resolucaoUID=2352&ano=1987&tipoUID=1>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

WIELEWSKI, G. D.; PALARO, L. A.; WIELEWSKI, S. A. Cuiabá na década de 80: vestígios da matemática moderna nas quatro primeiras séries do 1º grau. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v.8, n.25. p. 675-688, set./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.7213/rde.v8i25.3832>.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.